

**Organizadores:**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

# Diálogos sobre a Ditadura

Série  
Território  
Científico

SER  
TÃO  
CULT



**Organizadores:**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

# Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



## Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult  
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaocult.com  
sertaoocult@gmail.com  
www.editorasertaocult.com

### Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

### Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Francisco Dênis Melo  
Geranilde Costa e Silva  
Gilberto Gilvan Souza Oliveira  
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros  
Valeria Aparecida Alves  
Raimundo Alves de Araújo  
Antonio Iramar Miranda Barros  
Camila Teixeira Amaral  
Telma Bessa Sales  
Juliana Magalhães Linhares  
Cicero João da Costa Filho  
Regina Celi Fonseca Raick  
Andréia Rodrigues de Andrade

### Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

### Capa

João Batista Rodrigues Neto

### Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,  
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –  
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-  
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio  
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,  
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063  
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

# Organizadores

## **Antonio Jerfson Lins de Freitas**

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

## **João Teófilo**

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

## **Viviane Prado Bezerra**

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

## Os entrevistadores

**Alexander da Silva Braz** é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

**Ana Marília Carneiro** é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

**Carolina Maria Abreu Maciel** é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

**Edilberto Florêncio dos Santos** é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

**Gilberto Gilvan Souza Oliveira** é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

**José Valdenir Rabelo Filho** é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

**Jucelio Regis da Costa** é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

**Lucas Pedretti Lima** é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.



**Marina Mesquita Camisasca** é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

**Rafael Júnior dos Santos** é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

**Telma Bessa Sales** é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

**Vera Lúcia Silva** é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.



## Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

*Celso Castro*

**Professor, FGV CPDOC**

## A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

*Antonio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antonio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

## Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilharam um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-



cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

*Jerfson Lins*

*João Teófilo*

*Viviane Prado Bezerra*

**Organizadores**



# Sumário

<b>Ana Rita Fonteles Duarte.....</b>	<b>18</b>	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
<b>Carlos Fico.....</b>	<b>38</b>	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
<b>Caroline Bauer.....</b>	<b>58</b>	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
<b>Aírton de Farias.....</b>	<b>82</b>	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
<b>Edvanir Maia da Silveira.....</b>	<b>104</b>	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
<b>Marcos Napolitano.....</b>	<b>128</b>	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
<b>Samantha Viz Quadrat.....</b>	<b>144</b>	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
<b>Paulo César Gomes.....</b>	<b>166</b>	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
<b>Sônia Maria de Meneses Silva.....</b>	<b>182</b>	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
<b>Rodrigo Patto Sá Motta.....</b>	<b>204</b>	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
<b>Valéria Aparecida Alves.....</b>	<b>224</b>	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



**Carlos Fico da Silva Júnior é Professor Titular de História do Brasil da UFRJ e pesquisador do CNPq. Foi “Cientista do Nosso Estado” (FAPERJ) entre 2003 e 2006, recebeu o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (Biblioteca Nacional) em 2006 e coordenou a Área de História junto à Capes entre 2011 e 2018. É autor de diversos livros e artigos.**

## Carlos Fico

Ana Marília Carneiro  
Antonio Jerfson Lins de Freitas

*[...] a História do Tempo Presente demanda um compromisso crítico do historiador com a metodologia, com as fontes, com a exposição inclusive das suas dúvidas, das suas inseguranças, das suas incertezas. Isso porque há tradicionalmente, na História do Tempo Presente, a abordagem de temas que frequentemente são terríveis, traumáticos, problemáticos, como o Holocausto, como o Apartheid, como as ditaduras militares.*

**Território Científico (TC):** Carlos Fico é professor de História do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro e é uma referência nacional nos estudos sobre história da ditadura militar brasileira, tendo publicado, dentre várias obras importantes, *“Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”*, *“Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”* e *“Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar - espionagem e polícia política”*.

Professor, gostaríamos de saber como você escolheu essa profissão de historiador, o que o motivou, quando, e quais foram as suas influências. Gostaríamos de saber um pouco desse percurso da profissão de historiador.

**Carlos Fico:** Eu comecei a estudar História em Brasília, em 1977, por ocasião da minha intenção de fazer diplomacia. Eu sou do Rio de Janeiro, mas circunstâncias da vida me levaram a essa opção. E naquela época – creio que hoje também – era preciso estar no segundo ano de um curso superior, que em geral é o curso de Direito.

Muitos faziam Direito e, no segundo ano, iam para a diplomacia. Eu tinha grande resistência ao Direito, então optei por História porque já gostava desde o segundo grau. E lá pelas tantas, eu desisti de fazer diplomacia. E eu tinha ido para Brasília justamente para já ficar no Instituto Rio Branco. Então, quando eu desisti, eu voltei para o Rio de Janeiro, pedi transferência para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e concluí o curso, a graduação, aqui na UFRJ. Então foi uma escolha com essa trajetória. Mas eu sempre gostei, desde criança, de pesquisar, de conhecer, e sobretudo de escrever. Tenho uma grande fixação com essa coisa da escrita. Portanto, isso tudo acabou se juntando nessa vocação. Percebi que tinha uma forte vocação para a pesquisa histórica.

Na graduação – ou no mestrado, não me lembro mais –, tive algumas influências importantes, mas uma se destaca grandemente, que foi a presença do saudoso professor Ciro Flamarion Cardoso. Isso porque ele fez muitas pesquisas empíricas, complexas, difíceis, mas também fazia uma reflexão teórica muito sofisticada. Então isso é o que sempre me apaixonou, a conexão entre uma discussão teórica mais sofisticada e a pesquisa empírica, de fôlego, com muita documentação, pesquisas mais complexas. Então isso sempre foi uma grande influência. E muitos outros professores me influenciariam, como Eulália Maria Lahmeyer Lobo, e tantos outros; meu orientador de doutorado, Carlos Guilherme Mota, que é uma inspiração também. Mais ou menos por aí.

**TC:** Você se dedicou ao estudo do Brasil Republicano, com pesquisas diversas, sobre teoria e metodologia da História, historiografia brasileira, ditadura militar. Gostaríamos de saber um pouco mais sobre a sua inclinação para a história política, como surge o interesse pelo tema da ditadura? Como era o campo na época em que você estava em formação acadêmica e quais as mudanças e tendências que você percebe nesse campo na atualidade? Como vê essa produção histórica que marca os estudos sobre ditadura militar?

**Carlos Fico:** Olha, eu comecei muito próximo da história social. Na verdade, de uma vertente tradicional da história socioeconômica francesa, aquela história estrutural. E no mestrado, por exemplo, eu

fiz um estudo sobre movimentos sociais relacionados à questão do abastecimento, comparando movimentos de preços com movimentos espontâneos, tipo quebra-quebra. Estudei vários desses movimentos sociais no mestrado. Eu me aproximei do tema da ditadura, o que me levou à história política, por circunstâncias até um pouco fortuitas. Eu tinha ido para a Universidade de São Paulo fazer o doutorado com Carlos Guilherme Mota e tinha, por opção, fazer uma pesquisa sobre novos movimentos sociais no Brasil. Então ainda era uma coisa de história social. Mas era uma documentação, um tema, muito difícil de equacionar.

E um dia eu estava vendo, ouvindo, o professor Eric Hobsbawm, veja só! Ele estava no Brasil e disse que estranhava muito o pessimismo que havia naquele momento. Isso já era final dos anos 1980, início dos anos 1990. Porque ele, numa outra vinda, anos atrás, tinha visto o Brasil muito otimista, a população muito otimista e tal. E quando eu ouvi isso, me ocorreu essa ideia da pesquisa sobre a propaganda política da ditadura, que era uma propaganda que enaltecia o otimismo, “*Brasil, o país que vai pra frente*”, toda aquela coisa. Foi isso que me levou a fazer a tese sobre a propaganda política na ditadura militar, que é esse livro *Reinventando o Otimismo*<sup>1</sup>. E eu consegui, com muita sorte, todos os filmes do período da ditadura, da propaganda da ditadura. Então foi a partir daí que eu comecei a fazer história política e realmente me apaixonei muito por essa especialidade, por essa abordagem. Embora eu sempre tenha tido também uma motivação teórica. Em todos esses meus trabalhos de pesquisa há sempre uma motivação teórica, como no caso dessa pesquisa sobre a propaganda, na qual eu queria associar conceitos de ideologia com conceitos de imaginário. Então isso também foi um vetor importante.

**TC:** Nas últimas décadas, percebemos um crescimento de parte da história contemporânea, e um lugar crescente da memória e sua conexão com a História do Tempo Presente. Em sua opinião quais são as possibilidades e os desafios para um pesquisador iniciante no campo da História do Tempo Presente? Qual a importância do seu

---

1 FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

objeto, do estudo da ditadura militar inserido no campo da História do Tempo Presente?

**Carlos Fico:** Acho que o grande problema é o da proximidade entre a História do Tempo Presente e a política. O grande desafio para quem inicia é o de distanciamento. A busca de objetividade é sempre difícil por meio do distanciamento o mais crítico possível. Portanto, eu diria que se a motivação para fazer História do Tempo Presente é fazer uma crítica política, aí já começou mal. É preciso que haja realmente essa busca incessante, muito cansativa, de distanciamento e de objetividade. Então, a História do Tempo Presente demanda um compromisso crítico do historiador com a metodologia, com as fontes, com a exposição inclusive das suas dúvidas, das suas inseguranças, das suas incertezas. Isso porque há tradicionalmente, na História do Tempo Presente, a abordagem de temas que frequentemente são terríveis, traumáticos, problemáticos, como o Holocausto, como o *Apartheid*, como as ditaduras militares. Muitos colegas que estudam a História do Tempo Presente e refletem sobre ela dizem que a violência é um índice analítico importante do século XX, que é um século muito associado com essa especialidade. Então, até mesmo por isso, porque é fácil você condenar a violência, mas isso não significa nada. Condenar o mal é quase que um truísmo. É preciso dar um passo além no sentido de uma abordagem refinada, explicativa, bem fundamentada, com fontes seguras, e não apenas opiniões, que em geral são desfavoráveis ao nosso objeto de estudo.

**Carlos Fico da Silva Júnior é Professor Titular de História do Brasil da UFRJ e pesquisador do CNPq. Foi “Cientista do Nosso Estado” (FAPERJ) entre 2003 e 2006, recebeu o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (Biblioteca Nacional) em 2006 e coordenou a Área de História junto à Capes entre 2011 e 2018. É autor de diversos livros e artigos.**

Portanto, é preciso ter um cuidado muito grande que se traduz nessa questão do distanciamento do objeto e que é muito difícil, porque, afinal de contas, você está inserido nesse tempo vivido. Eu acho que o principal é isso: escolher com critério o objeto e ter como vetor não a crítica pura e simples do mal,



porque isso a gente faz no cotidiano como cidadãos, mas a construção de uma temática, de um objeto, de uma hipótese que seja realmente significativa do ponto de vista explicativo e que permita o exercício de uma pesquisa histórica refinada.

**TC:** Professor, especialmente nesse momento atual, aqueles que trabalham com pesquisa, com docência e com ciência no Brasil estão muito apreensivos. O senhor já foi coordenador da área de História da CAPES<sup>2</sup>, então conhece esse cenário. Como você vê o campo e quais as perspectivas futuras você apontaria na sua área de atuação? Pensando aqui não só naqueles que vão adentrar na graduação, depois em uma trajetória acadêmica na pós-graduação, mas também na formação de professores do ensino básico.

**Carlos Fico:** Hoje em dia a situação é muito complexa, muito difícil, para quem, por exemplo, concluiu o doutorado recentemente e está buscando inserção no mercado de trabalho. É uma inserção muito difícil porque vivemos um momento posterior à fase de grande expansão e, portanto, há certa saturação. E o quadro institucional de diversos setores, em função do atual governo, é um quadro de muita fragilidade e mesmo, frequentemente, de ameaça aos professores. Ainda assim, a gente tem de prosseguir de algum modo. É preciso prosseguir de algum modo, encontrar formas de inserção no mercado de trabalho e até mesmo formas alternativas, se for o caso. Até porque a carreira acadêmica propriamente dita, no magistério federal, de alguns anos pra cá se tornou muito pouco atraente em termos salariais, em termos previdenciários. Então é uma situação bastante nova, bastante complicada, para quem está ingressando nesse momento. Eu fico pensando em vários alunos excelentes que fizeram doutorado comigo e relatam essas dificuldades.

Agora, por outro lado, é também uma fase muito importante para uma atuação do professor, sobretudo da educação básica, pelas razões óbvias. Nós estamos vivendo uma fase altamente complexa em termos do processo histórico de desenvolvimento da informática e eu noto que esse aspecto nem sempre é abordado no ensino universitário que forma os professores. Frequentemente as universidades,

---

2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

os cursos de História, têm muita dificuldade de tratar da formação daquele nosso aluno como professor, que dirá abordar essa complexidade que é a vida contemporânea marcada pelas redes sociais, pelas mensagens instantâneas. Muitos da nossa área têm visto esses mecanismos, esses processos, como negativos ou como inimigos até. A ideia da propagação de um discurso de ódio, esse tipo de coisa, me parece um pouco equivocada. Há um componente nessas tecnologias que é de grande ludicidade, como eu já dizia alguns anos atrás, e que é preciso que os professores estejam habilitados, preparados para utilizar esses novos instrumentos. Então eu acho que esse é um grande desafio no que diz respeito à formação dos professores da educação básica. Ganhar a atenção dos alunos, adolescentes, em um curso de história tradicional é muito difícil, porque há muitas coisas interessantes fora da sala de aula. Então, tornar a sala de aula realmente interessante é ter controle de instrumentos que a maioria das pessoas não têm, e muito menos os nossos professores universitários e os alunos que vão se formando. Como eles vão ter, se os próprios professores não têm?

Então esse tipo de desafio didático-pedagógico tem de ser encarado como uma questão concreta muito importante. Porque não se trata apenas de ensinar um determinado conteúdo, mas se trata

**Ganhar a atenção dos alunos, adolescentes, em um curso de história tradicional é muito difícil, porque há muitas coisas interessantes fora da sala de aula. Então, tornar a sala de aula realmente interessante é ter controle de instrumentos que a maioria das pessoas não têm, e muito menos os nossos professores universitários e os alunos que vão se formando**

de tornar o espaço do ensino prazeroso, lúdico, interessante, atraente. Então eu acho que esses são os grandes desafios. E nesse sentido, inclusive, quando eu estava na CAPES, eu me empenhei muito para criarmos o *ProfHistória*<sup>3</sup>. Foi na minha coordenação, eu propus a criação do *ProfHistória*, convidei a professora Ma-

3 O *ProfHistória*, Mestrado Profissional em Ensino de História, configurado em rede nacional, tem a participação de doze instituições de ensino superior, sendo a UFRJ sua instituição âncora. Foi aprovado em agosto de 2013 pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)/CAPES e tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica.

rieta de Moraes Ferreira para coordenar. E, em grande medida, com essa perspectiva, porque a universidade lança o professor de história na educação básica e ele fica ali naquela rotina tremenda de trabalho, de muitas aulas, muitas escolas frequentemente, e não tem chance de uma formação continuada. Então o *ProfHistória* se volta para esse profissional que está no mercado, no sentido de pensar com ele mecanismos que aprimorem essa tarefa tão difícil que é do ensino da disciplina escolar de História. É uma das coisas que eu acho mais importantes.

**TC:** E o mestrado profissional foi uma iniciativa importante que depois se expandiu por todo o país.

**Carlos Fico:** Sim, eu acho que essa foi uma das coisas mais importantes que eu fiz em toda a minha carreira, a criação do *ProfHistória*. Eu percebo que isso pode ter um impacto significativo. Claro que a gente enfrenta todas as vicissitudes na atual conjuntura governamental, mas essa rede nacional de mestrados profissionais é seguramente a coisa mais importante que eu já fiz.

**TC:** No livro *“Como eles agiam”*, que aprofunda o funcionamento das comunidades de informações e segurança, você começa falando sobre as dificuldades de acesso aos documentos sigilosos da ditadura militar. Gostaria que você falasse um pouco sobre essas dificuldades para quem pretende iniciar a pesquisa sobre ditadura militar, o que você apontaria como dificuldade na obtenção e no trato com as fontes, em especial dos arquivos da repressão, dos documentos sigilosos da ditadura.

**Carlos Fico:** Tem sido assim desde sempre. Claro que depois da Lei de Acesso à Informação as coisas melhoraram muito. Esse livro foi feito antes da lei. Foi muito esquisito, porque um dia eu estava em casa e recebi um telefonema de uma arquivista do Arquivo Nacional, que era minha amiga, e ela me disse: *“Olha, Fico, tem uma documentação aqui que o Ministério da Justiça mandou da época da ditadura”*. Então eu fiz um requerimento ao Ministro da Justiça na época, pedindo acesso a esses documentos, e ele consultou o Arquivo Nacional, houve uma negativa com a promessa que, depois de organizada e tratada, essa documentação seria disponibilizada para mim.

Passaram-se quatro anos até que finalmente ela foi disponibilizada, e eu ficava lá no Arquivo Nacional numa salinha, sob o olhar cuidadoso de algum funcionário, manuseando essa documentação. Então, certamente foi o primeiro grande acervo de documentos secretos da ditadura aberto à pesquisa histórica, e me permitiu fazer esse mapeamento dos órgãos de segurança e informações da ditadura.

Agora, mesmo depois da Lei de Acesso à Informação, as coisas não ficaram fáceis. Eu estou trabalhando hoje em dia com os áudios das sessões de julgamento do Superior Tribunal Militar e isso foi uma novela. Quem conseguiu nem fui eu, mas foi uma novela também para se conseguir acesso a esse acervo. Foi preciso ir ao Supremo Tribunal Federal para uma decisão, se não me engano, da ministra Carmen Lúcia. A mesma história com outro acervo importante, que é o do Conselho Monetário Nacional. O Conselho Monetário Nacional, da época da ditadura, decidia o que se faria com o orçamento da União, e era uma coisa absurdamente antidemocrática. Mas para conseguir as atas do Conselho Monetário Nacional foi uma coisa difícilíssima. Eu lembro que pedi ajuda à jornalista Miriam Leitão, isso pela seguinte razão: porque finalmente eu consegui uma ata, mas ela vinha censurada pelo Banco Central. Então dei isso para a Miriam Leitão e ela fez uma matéria na capa do *O Globo* dizendo: “*Banco Central não permite acesso à pesquisa ao historiador Carlos Fico*”. Só depois disso é que finalmente o Banco Central liberou as atas. Então essa dificuldade é muito frequente com os documentos outrora secretos da ditadura militar. Quem quer começar a pesquisar esse tipo de documento deve inclusive se precaver contra certo fetiche do carimbo de secreto, porque frequentemente você pega uma documentação que foi secreta, sigilosa, confidencial, e vai ver que não tem a menor importância. Então, é um trabalho que em geral lida com grandes acervos e essa talvez seja a maior dificuldade. Esses acervos da ditadura militar são muito numerosos, é uma papelada enlouquecida, e isso eu posso dizer para quem quer começar a pesquisar: ainda há muita documentação inédita e que vale a pena o investimento em pesquisa. Porque às vezes a gente fica supondo que “tudo já foi dito”. Não. Há muita documentação inédita que merece ser pesquisada. Agora, prepare-se! Porque em geral são acervos

muito grandes e que demandam uma paciência enorme para você ir lidando com aquela massa de documentos, frequentemente sem importância: em cem páginas você vai encontrar uma ou duas folhas que têm algum significado para sua pesquisa. Então é sempre muito penoso. Mas esse é o tipo de pesquisa que eu sempre gostei de fazer, com grandes massas documentais.

Eu confesso para você que nessa pesquisa que resultou no *“Como eles agiam”*, no dia em que eu fui para o Arquivo Nacional – foi decisivo isso – na época eu dava aula na Universidade Federal de Ouro Preto, onde eu trabalhei de 85 a 98. Quando eu fui para o Arquivo Nacional aqui no Rio de Janeiro e vi uma parede enorme com caixas e documentos secretos, eu falei: *“Bom, vou ter de sair da UFOP e vou voltar para o Rio de Janeiro”*. Porque é impossível dar conta dessa documentação fazendo viagens, dando aula em Ouro Preto e vindo pro Rio. E também percebi a importância da pós-graduação. Naquele momento, na UFOP, não havia o mestrado e o doutorado – que hoje na UFOP são cursos excelentes –, mas naquele momento não havia. E eu percebi que era necessário um trabalho de equipe. Então eu decidi fazer o *“Como eles agiam”* como um panorama geral do sistema de segurança e informações, mas já tendo em mente, por conta da documentação, que eu via que ali havia espaço para muita coisa, muitas pesquisas pontuais sobre temas específicos: a Igreja, a questão das mulheres ou a questão da censura, isso e aquilo. Então foi ali que eu decidi vir para o Rio. Acho que logo surgiu uma vaga de professor de Teoria e Metodologia na UFRJ, então fiz outro concurso e voltei para a UFRJ onde eu havia me graduado. E aí pude montar um grupo de estudos sobre a ditadura militar, e justamente por meio dele eu busquei estimular alunos de pós-graduação, de mestrado e doutorado, a pesquisarem ainda mais esse acervo do Arquivo Nacional. E a partir daí, com a luta pelas leis que regem essa questão dos acervos e depois a Lei de Acesso à Informação, a gente foi conseguindo acesso a outros acervos documentais sigilosos. Então é um tipo de pesquisa que me interessa muito, eu acho que é muito fascinante todo esse tipo de abordagem. Porque durante muito tempo a gente teve análises sobre a ditadura do ponto de vista das pessoas que foram reprimidas, depoimentos, coisas dessa natureza.

Então trabalhar com a documentação institucional do próprio regime é muito fascinante.

**TC:** Você publicou um livro pela Editora FGV que chama “*O golpe de 64: momentos decisivos*”,<sup>4</sup> e nesse livro você afirmou que frequentemente algumas interpretações tendem a ver o golpe de 64 apenas como um evento que inaugura a ditadura militar. No entanto, o golpe seria mais que isso, ele representaria “*a expressão mais contemporânea de um persistente autoritarismo brasileiro*”, que já se manifestou em outras ocasiões, como você mesmo apontou, durante o Estado Novo. E sem dúvidas, essa nossa herança colonial, escravista, passando pelo mito da democracia racial e pela desigualdade de gênero são elementos inscritos no autoritarismo brasileiro. Mas como você compreende essas novas facetas dessa ascensão autoritária que estamos vivendo, de direita, neoliberal? E quais seriam os caminhos que você vê para o enfrentamento dessa ascensão autoritária?

**Carlos Fico:** O que aconteceu foi que o eleitorado brasileiro, assim como o eleitorado de outros países, elegeu um governo de extrema direita. Uma onda conservadora que afeta diversas regiões do mundo. Então é preciso entender por que isso acontece, e não se surpreender. Eu acho que muita gente se surpreendeu demais. Onde estavam vivendo quando não perceberam, por exemplo, no caso do Brasil, essa enorme onda, melhor dizendo, esse enorme sentimento de ressentimento das populações mais pobres, e não só delas, mas também das classes médias baixas? Enfim, uma enorme onda de ressentimento com a precariedade de coisas básicas, como segurança pública, como atendimento à saúde, como escola pública. Uma pessoa pobre ou de classe média baixa nos últimos vinte, trinta anos – não estou falando de ontem –, aqui no Brasil, essas realidades são terríveis, são humilhantes. Uma pessoa que quer cuidar dos seus pais doentes, que quer colocar o seu filho na escola, que quer sair na rua em segurança e não ser assaltado na comunidade em que vive, essa é a realidade. Muita gente pode dizer “*Ah, mas isso melhorou na época do bolsa família, do Lula etc.*”. É, melhorou mais ou menos. Porque a realidade concreta dessas pessoas, o cotidiano dessas

---

4 FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

peessoas, continua sendo muito ruim. Então eu vejo essa onda de ressentimento como sendo uma das causas básicas da atitude antilideranças, antipolítica, inclusive anti-intelectuais, antiespecialistas. As pessoas têm horror a esses personagens todos que eu mencionei porque, afinal de contas, eles são cheios de empáfia e não resolvem nada, como tem sido visto.

**Então eu vejo essa onda de ressentimento como sendo uma das causas básicas da atitude antilideranças, antipolítica, inclusive anti-intelectuais, antiespecialistas. As pessoas têm horror a esses personagens todos que eu mencionei porque, afinal de contas, eles são cheios de empáfia e não resolvem nada, como tem sido visto.**

Por outro lado também, um diagnóstico mais preciso do impacto da informática. Acho que nós não temos – e sobretudo a esquerda não tem – um diagnóstico mais preciso do significado, inclusive lúdico, como eu falei antes, uma ludicidade perversa como acontece frequentemente nas redes sociais, nos aplicativos de mensagem instantânea. Porque essa conjuntura possibilitada pela informática permitiu uma vocalização muito grande dessa insatisfação, que não é apenas uma insatisfação, é um ressentimento. Isso acontece no Brasil e acontece em outros lugares também por outras causas, poderíamos falar da imigração, tem a questão fundamental da precariedade dos sistemas previdenciários, da precarização desse amparo social, das pensões, das aposentadorias... E, portanto, eu acho que isso é a causa desse enorme ressentimento que vem se constituindo ao longo dos anos e que se expressa dessa maneira que nós vemos nas redes sociais, por exemplo, e que muita gente entende como discurso do ódio. Eu acho que não é isso. Acho que é algo mais complicado e tem a ver com a possibilidade de vocalização de um ressentimento. E a possibilidade de vocalização de um ressentimento nunca vai ser uma coisa tranquila, “boazinha”. Então eu acho que a razão básica é essa. E, portanto, aqueles que quiseram tomar o lugar desses governantes de direita e extrema direita que assumiram o poder têm de saber conversar, dialogar com o eleitorado, propondo coisas muito objetivas para a solução de problemas de longuíssima duração – esses problemas que eu mencio

**Uma coisa que eu aprendi muito na história política é o papel do sentimento. Se há uma coisa que é fundamental para o desenvolvimento da política é a compreensão dos sentimentos coletivos.**

nei, da segurança, saúde, educação —, com propostas viáveis, com propostas que sejam compreensíveis. Eu acho que esse é o grande desafio. E compreender também o alcance da ludicidade.

Há muitos anos atrás, em uma conversa com pesquisadores da História do Tempo Presente, eu chamava atenção para essa dimensão da ludicidade das redes sociais. Eu me lembrava outro dia das eleições de personagens como Cacareco ou Macaco Tião<sup>5</sup> aqui no Rio de Janeiro. Essa dimensão é fundamental para a compreensão da política contemporânea. Hoje, por exemplo, a gente teve uma manifestação superinteressante de grande impacto político feita pelo Felipe Neto<sup>6</sup>, que eu acompanho há muitos anos, e que é uma coisa que tem a ver com isso. A compreensão das redes sociais, dessa maneira nova de se veicular politicamente: se não se compreender isso, as coisas não vão mudar de modo algum. E daí aquilo que eu falava antes, a necessidade de nós professores sabermos lidar com esses instrumentos, inclusive para que nossos alunos e professores da educação básica consigam aproveitar o alcance didático-pedagógico desses instrumentos. Então eu acho que tem muito a ver com esse sentimento. Uma coisa que eu aprendi muito na história política é o papel do sentimento. Se há uma coisa que é fundamental para o desenvolvimento da política é a compreensão dos sentimentos coletivos. Uma vez me perguntaram no programa *Manhattan Connection*, — jornalista gosta muito de fazer essa pergunta: “em uma palavra, o que explica tal coisa?”. E não sei se foi o Lucas Mendes que me fez a pergunta “em uma palavra, qual a causa do golpe de 64?”. Eu não tive dúvidas: medo. Então o sentimento do medo às vésperas

---

5 Cacareco era uma rinoceronte carioca que recebeu cerca de 100 mil votos na eleição para vereador de São Paulo em outubro de 1959. O mesmo fenômeno ocorreu em 1988, quando Macaco Tião, um chimpanzé do zoológico do Rio de Janeiro foi lançado candidato à prefeitura pela revista de humor *Casseta Popular* e recebeu cerca de 400 mil votos. Ambos os casos são expressões de frustrações políticas da sociedade brasileira.

6 Felipe Neto Rodrigues Vieira mais conhecido por Felipe Neto, é um youtuber, empresário, ator, comediante, escritor e filantropo brasileiro. É conhecido por ter um dos maiores canais brasileiros do YouTube, com 41 milhões de inscritos e mais de onze bilhões de visualizações acumuladas.



do golpe de 64 foi fundamental para aquele episódio. E hoje em dia eu percebo que o ressentimento é um dos vetores explicativos para nossa conjuntura atual. E com a possibilidade de uma veiculação ampliada desses sentimentos nas redes sociais e por mensagens instantâneas, o universo da política deu uma reviravolta que muita gente ainda não compreende.

**TC:** Professor, como você pensa a questão do engajamento do historiador no espaço público, que está cada vez mais se envolvendo com as novas mídias, com divulgação científica? Como você avalia essa questão do engajamento do historiador?

**Carlos Fico:** Natural, necessário, positivo. O que a gente não pode é confundir as duas coisas. A produção do conhecimento histórico tem de ser pautada pela objetividade, pela busca de um horizonte utópico da verdade. A busca da objetividade é essencial e, portanto precisamos ter muito cuidado com a questão da política, da militância política contaminar a pesquisa histórica. Isso tira a credibilidade imediatamente. Se você não tiver condições de sustentar de maneira metodológica, cientificamente amparada – vamos dizer assim, para usar uma expressão controversa – mas enfim, com evidências empíricas e com técnicas bem transparentes, você perde a credibilidade. E, portanto, fica muito difícil o processo de convencimento do leitor ou de qualquer outra audiência, de alunos, de uma conferência, qualquer que seja o lugar em que você veicule o conhecimento histórico. Então isso é uma coisa importante. Agora, é claro que a militância política e a exposição pública de suas posições políticas é uma coisa que sempre aconteceu, hoje talvez com maior visibilidade pelas razões conhecidas. Agora, uma terceira coisa é a divulgação científica. Isso eu tenho feito já há uns dez anos, tenho um canal no *YouTube* que tem dezenas de vídeos sobre as pesquisas que eu faço, e isso eu sempre fiz. A divulgação científica também não se confunde com a produção de conhecimento, com a militância política. É uma forma de divulgar conhecimento histórico por meio de uma linguagem acessível, algo que eu considero também um desafio muito interessante. Esse livrinho azul, *“O golpe de 64: momentos decisivos”*, eu fiz também pensando nisso, ou seja: *“como eu posso fazer um texto*

*pequeno, acessível, para ser compreendido por não especialistas?”.* Isso é uma coisa que me atrai muito e não deixa de ser uma forma de divulgação científica também.

**TC:** Professor, depois da morte do George Floyd por um policial branco, nós vimos um movimento no mundo inteiro que destruiu estátuas e outros símbolos da opressão colonialista, escravocrata. E uma parcela da sociedade manifestou certa preocupação com uma “reescrita do passado”. Como você compreende esse debate sobre novos símbolos de representação que coloca em evidência a maneira com a qual nós nos relacionamos com o patrimônio e com a memória pública?

**Carlos Fico:** Até fiz um podcast para *O Estadão* sobre isso, a questão das estátuas. E eu dizia o seguinte: olha, isso é uma coisa que a gente não tem como controlar. Porque, evidentemente, essas coisas acontecem em geral em fases de grande conflitividade social, ou diante de uma denúncia gravíssima, ou um episódio terrível, como foi o assassinato desse homem nos Estados Unidos. Então isso, em geral, decorre de uma manifestação mais ou menos espontânea sobre a qual ninguém tem muito controle. E o significado disso depende de cada caso, mas é evidente que se insere naquele contexto de luta de memória.

O campo da memória é sempre um campo de disputa e, portanto, você tentar construir ou destruir um monumento, derrubar uma estátua... Eu me lembro que nessa ocasião do *podcast* eu falava também de coisas correlatas, como eram aqueles casos de “escrachos” – não sei se as pessoas sabem o que é isso –, mas que eram movimentos, em geral dos jovens, que iam pra frente da casa, por exemplo, de pessoas acusadas de terem sido torturadores na ditadura e lá botavam faixas dizendo “aqui mora um torturador” etc. e tal. Também era uma forma de expressão dessa disputa de memória. Então, não é uma coisa nova, as disputas de memória sempre acontecem. E na verdade é um objeto de análise: o que acontece, por que acontece, por que as pessoas saem quebrando estátuas, coisas dessa natureza, mesmo nesses fenômenos correlatos, como é o caso do escracho.

O que eu acho também interessante de se pensar é o oposto disso: não a destruição de estátuas, mas por que num país como o Brasil nós não temos movimentos significativos de preservação de certa memó-

ria, daqueles que lutaram contra a ditadura, da resistência à ditadura, da resistência democrática à ditadura? Você vê que não há no Brasil museus, ou memoriais, ou monumentos que enalteçam as pessoas que lutaram de um modo ou de outro contra a ditadura. Não é que eu esteja defendendo que haja, mas esse é um tema que me parece tão merecedor de atenção quanto dessa coisa das estátuas. Não existe aqui, como, por exemplo, existe na Argentina, em outros países, na Alemanha – por razões óbvias, esse tipo de valorização de uma memória considerada, vamos dizer assim, positiva no campo democrático.

**TC:** Professor, apesar de não termos símbolos de resistência à ditadura, há historiadores que dizem que houve a construção de uma memória hegemônica de esquerda crítica sobre o regime militar. Só que nos últimos tempos estamos passando por um momento de exaltação de torturadores, de discursos de relativização da tortura, de anseios por intervenção das forças armadas, da recriação um inimigo interno comunista... Você acha que a gente está passando por uma reinterpretação da memória da ditadura? Ou que ela está se diluindo em meio a esses negacionismos e revisionismos históricos? E como você entende o papel do historiador no que toca a compreensão da representação desse passado recente sobre a ditadura?

**Carlos Fico:** Aqui no Brasil não houve a constituição de uma memória traumática, como no caso da Argentina. Isso tem um motivo. Tem razões para ser assim, sobretudo a questão da censura e a questão da propaganda política que ocultavam a repressão. No caso da Argentina, não: a repressão era às claras, com tiroteios e cadáveres nas ruas. Então, essa é uma coisa. Nós não temos a constituição de uma memória traumática no Brasil por essas razões. Por outro lado, eu escrevi um artigo alguns anos atrás justamente falando do sentimento que permaneceu no campo da esquerda e que, no meu modo de entender, é específico do Brasil, um sentimento de frustração. A gente volta novamente à questão do sentimento na política. Um enorme sentimento de frustração na esquerda porque não houve uma clara ruptura entre a ditadura e a democracia logo em seguida, e também porque não houve o julgamento dos militares. Então eu diria que esse sentimento de frustração é que prevaleceu e prevalece no campo da

esquerda. Porque não há uma memória hegemônica ou absoluta. Há, como eu disse, disputas de memória. No campo da esquerda, esse sentimento de frustração se consolidou. Agora, ao longo dos anos, sobretudo no contexto da chamada Justiça de Transição, houve também a prevalência desta leitura um tanto quanto romantizada e heróica da luta armada como sendo o fato emblemático da ditadura, seu confronto heroico com a repressão ou da sua condição de vítima, dependendo da leitura, e, portanto, isso também marcou muito a esquerda, sobretudo no contexto da defesa dos direitos humanos e das etapas da chamada Justiça de Transição. E uma coisa muito curiosa: a imagem que os militares têm. Nesse campo da esquerda, dos intelectuais e da imprensa, os militares são vistos de maneira muito crítica, como todos sabemos. Mas nas pesquisas de opinião pública, generalizadas, o que se tem é uma leitura das Forças Armadas muito positiva. A população, em geral, considera as Forças Armadas muito positivamente – isso tem caído um pouco nos últimos meses em função de todas as razões que a gente conhece –, mas ainda assim se mantém em um bom patamar de valorização por meio da população em geral. Então você vê que são muitas leituras, a gente não pode dizer que haja uma única prevalecente. E também aqui volto a dizer que eu não entendo a surpresa das pessoas com essas declarações, não entendo a surpresa de muitos analistas com as declarações de muitos grupos favoráveis à ditadura militar. Claro que a declaração do presidente defendendo torturador é uma coisa aberrante, mas sempre houve setores da sociedade que consideram a ditadura uma fase boa. E, portanto, não me surpreende em absoluto que hoje em dia, por uma série de circunstâncias, eles se sintam mais liberados do que outrora pra defenderem esse ponto de vista que choca, que causa surpresa em muita gente. Mas a mim, não. Eu sempre fiz um exercício com meus alunos, sempre falo isso, em geral do primeiro período, pedindo que eles voltem pra casa e perguntem aos pais e avós como era a época da ditadura, e frequentemente eles voltam dizendo: *“meu pai, minha avó, disse que era uma época muito melhor do que hoje”*. Então essa leitura, essa interpretação, ou melhor dizendo, essa memória positiva sobre a ditadura militar sempre existiu e hoje tem muita

visibilidade, tanto por conta da atual conjuntura conservadora, de governo de extrema direita, mas também da internet.

**TC:** Uma memória positiva inclusive baseada no milagre econômico.

**Carlos Fico:** Exatamente, a propaganda política usou muito o milagre econômico. Não só o milagre, mas a conquista da Copa do Mundo, tudo aquilo que a gente via na propaganda da época. Então as pessoas achavam que estavam no melhor dos mundos porque os jornais não podiam publicar nada sobre a repressão, por exemplo. Em uma conjuntura econômica positiva, as pessoas compravam geladeira, fogão, seu carrinho, televisão, até casa própria. Portanto, aquela memória traumática que surgiu na Argentina dificilmente surgiria aqui, considerando esse contexto.

**TC:** Você tem um artigo clássico, *“Prezada Censura: cartas ao regime militar”*. Nesse artigo, você fala que apesar da censura permanecer associada ao regime militar, ela sempre existiu e sempre esteve ativa no Brasil e formas diferenciadas dela persistem. Isso é muito interessante, pensar essas continuidades. Então gostaríamos que você falasse um pouco sobre o conceito de censura. Para além de um conceito operacionalizável, ela pode ser compreendida como um fenômeno que atinge diversas dimensões da vida social? Você poderia fazer um comentário evidenciando as diferenças e semelhanças da censura praticada durante a ditadura militar e os episódios que vivemos na atualidade?

**Carlos Fico:** Quando se estuda autoritarismo, a primeira percepção que a gente tem talvez seja do autoritarismo referido ao Estado: a ditadura, o Estado, o governo autoritário. Mas existe também a necessidade de a gente estudar o que se chama de autoritarismo socialmente existente. E no caso do Brasil, esse artigo, por exemplo, *“Prezada Censura”*<sup>7</sup>, é baseado em cartas que as pessoas comuns mandavam para o órgão de censura da ditadura pedindo mais censura. O autoritarismo socialmente existente muitas vezes explica esse suporte social para atividades autoritárias, como é o caso da censura. Frequentemente isso pode se embolar muito com a política,

---

7 FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi* (Rio J.) [online]. 2002, vol. 3, n. 5, p. 251-286.

inclusive com boas intenções de grupos progressistas, de esquerda, democráticos. Eu ia dizer que recentemente fui chamado à Câmara dos Deputados para opinar sobre um projeto de criminalização da apologia à ditadura. Eu acho que eu decepcionei tremendamente os deputados de esquerda e progressistas. Porque eu disse *“olha, isso é uma loucura. Como é que você vai transformar em crime a opinião de alguém que acha que a ditadura foi melhor?”*. Uma coisa é você ter uma opinião, outra coisa é você cometer um crime. Se chegar à difamação, se chegar a um crime estabelecido concretamente, para isso já tem leis. E também agora recentemente eu dei uma entrevista para um grupo que está estudando esse projeto de lei das Fake News. É um projeto inacreditável, em termos de precisão, em termos de inviabilidade. Por mais que tenha a ver com o controle, a retenção dos metadados das mensagens trocadas em aplicativos de mensagens instantâneas, vai dar margem a inúmeras ações autoritárias caso esse projeto seja aprovado. Então, mesmo no campo progressista ou de esquerda, há essas iniciativas que ressoam certo autoritarismo, porque a gente está numa sociedade que é muito pautada por esse afã de regular, de legislar, de controlar todas as coisas, e algumas coisas não são controláveis. Então a censura que pode haver hoje, por exemplo, nas redes sociais, nos aplicativos de troca de mensagens, seria muito prejudicial, eu creio, para a afirmação da democracia brasileira. Agora, na época da ditadura, o que havia era uma censura muito direta, feita por pessoas plantadas nas redações de jornais, ou mesmo nas emissoras de TV. Alguns casos são muito curiosos, porque, por exemplo, a Rede Globo na época, o jornalismo apoiava a ditadura (nem era censurado, então nem precisava), mas as telenovelas eram muito censuradas e algumas vezes houve prejuízos grandes por conta daquelas questões relacionadas a costumes, sexualidade, aborto, feminismo, homossexualidade e tal. Então você vê que era uma questão complicada. Mas a censura na época da ditadura era do tipo bastante truculento, vamos dizer assim, enquanto hoje você tem mecanismos de censura que são inclusive econômicos. O atual governo, por exemplo, tentou cortar assinaturas, ou deixar de apoiar com publicidade estatal emissoras de TV e

jornais que fazem oposição ao governo. Portanto, há mecanismos de censura os mais diversos ocorrendo o tempo todo na sociedade.

**TC:** Em que medida a fragilidade dos processos democráticos pode estar relacionada ao ensino de história e as memórias que se construíram sobre a experiência da última ditadura?

**Carlos Fico:** Acho que a gente não deve se culpar, enquanto professores, pesquisadores, pela fragilidade do processo democrático brasileiro. Porque nossa capacidade de intervenção como professor, como pesquisador, é importante, mas é pequena. Infelizmente é assim. É muito difícil mudar a opinião das pessoas, mesmo que você apresente muitas evidências empíricas, muita pesquisa histórica. Porque isso diz respeito não a uma formação da educação formal, escolar, mas a constituição de um processo de cidadania mais amplo, um processo de cidadania civil. E esse processo se interrompeu no atual governo.

Eu disse logo no início do governo que esse governo seria uma mistura explosiva de despreparo e autoritarismo, disse isso em uma entrevista à *Revista Época*. E tem sido assim. Mas o pior de tudo é que o governo atual interrompeu um longo processo pedagógico – e aí é uma pedagogia que não é dos professores –, mas um longo processo pedagógico de construção da cidadania civil, sobretudo com esses ataques cotidianos aos direitos humanos. É o primeiro governo depois da ditadura militar que critica os direitos humanos. Isso é uma coisa absurda, e, portanto, interrompe um longuíssimo processo pedagógico – estou pensando em termos da sociedade como um todo – de construção de uma cidadania civil que é, no meu entender, a base para uma democracia sólida.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,  
em e-book formato pdf, com 244 páginas  
Março de 2021



**Saiba como adquirir o livro  
completo no site da SertãoCult**

[www.editorasertaocult.com](http://www.editorasertaocult.com)

Editora

**SER  
TÃO  
CULT**

Série  
Território  
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

*Antonio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antonio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908